

## 2018: Um novo ciclo de lutas

**E**ste ano se inicia trazendo uma série de desafios à classe trabalhadora, para barrar os ataques postos e reverter os retrocessos impostos no último período. Os professores e professoras das carreiras do magistério superior (MS) e do ensino básico, técnico e tecnológico (EBTT), reunidos no

ANDES-SN, terão, já nesse mês de janeiro, a tarefa de debater e aprovar os encaminhamentos para as lutas gerais e específicas do Sindicato Nacional. De 22 a 26 de janeiro, a entidade realiza seu 37º Congresso, durante o qual a categoria deve apontar estratégias de mobilização, que irão direcionar as ações dos docentes. **8 a 11**



### Situação nas Iees

Os docentes de diversas universidades estaduais iniciaram o ano mobilizados para a luta e, alguns, ainda em greves deflagradas em 2017, como nos casos dos estados do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Norte.

**4 e 5**

### Orçamento nas IFE

Se o ano de 2017 já terminou com as universidades e institutos federais em grandes dificuldades financeiras, o ano de 2018 começa com o presságio de piora na situação, agora sob a vigência da EC 95.

**8 a 11.**

### Bioconstrução no DF

O Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) no Distrito Federal é pioneiro na construção de casas com métodos de bioconstrução, considerados mais baratos e menos prejudiciais ao meio ambiente.

**12 a 15**



## As emendas parlamentares e o desmonte do serviço público: ações e estratégias para acabar com os direitos da população

O governo federal liberou, no ano passado, R\$ 10,7 bilhões em emendas parlamentares, financiadas com os impostos pagos pelos trabalhadores e trabalhadoras. Esse recorde de emendas nos últimos anos, utilizadas como moeda de barganha para salvar Temer contra as duas denúncias crimes, tem sido também um poderoso instrumento para atacar os direitos da classe trabalhadora, pois a liberação das emendas está atrelada ao apoio às contrarreformas. Portanto, o dinheiro oriundo dos tributos pagos pela sociedade é utilizado em favor de grandes sonegadores de impostos, maiores beneficiários da contrarreforma da Previdência, que devem em torno de R\$ 1 trilhão.

Com uma propaganda mentirosa, divulgada pela mídia burguesa, o ilegítimo governo tenta convencer a população sobre o déficit da Previdência, o qual é inexistente, e procura criar uma ideia de que o serviço público é ineficiente e de que os servidores públicos são privilegiados. Entretanto, o que realmente o governo vem fazendo, de forma ágil e sorradeira, é colocar em prática a Emenda Constitucional 95 – que limita os gastos primários por 20 anos –, acelerando o desmonte dos direitos sociais. Exemplos flagrantes desses ataques são a publicação do Decreto nº 9262/18, que extingue mais de 60 mil cargos no serviço público federal, e os cortes no orçamento de 2018.

Temer e seus comparsas vão acabar com mais de 4 mil cargos na Educação Federal e 70 cargos de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico. Além disso, o Decreto nº 9262/18 veda a abertura de concurso público e provimento de vagas adicionais para outros 58 cargos, todos para técnicos-administrativos (TAE) das Instituições Federais de Ensino (IFE). É mais um assalto aos direitos de toda a população brasileira usuária dos serviços públicos, muitos deles essenciais como Saúde e Educação. Enquanto isso, no projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2018, do montante aprovado, quase um terço (R\$1,16 trilhão) será destinado ao refinanciamento da dívida pública e R\$ 316 bilhões para o pagamento de juros da dívida pública, com isenções fiscais para grandes empresas, que somam mais de R\$ 200 bilhões.

Diante dessa ofensiva contra o serviço público, o Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe) e o Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate) realizarão uma reunião conjunta ampliada no início de fevereiro para discutir ações e um calendário de lutas contra os ataques do Governo Federal, em especial contra a Reforma da Previdência. Nos estados, os governos continuam sucateando o serviço público, com atrasos e parcelamentos dos salários dos servidores. Professores e professoras da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, junto com

outras categorias do funcionalismo estadual, têm mantido uma greve duríssima contra o governo local, com ações unificadas, como a ocupação na Governadoria e na Secretaria de Planejamento, que demonstraram a enorme resistência dos trabalhadores e trabalhadoras do estado, inclusive conseguindo barrar o pacote de maldades proposto pelo governo à Assembleia Legislativa. Nas universidades privadas, os empresários da educação se aproveitaram das novas regras da contrarreforma Trabalhista para precarizar ainda mais as condições de trabalho e a qualidade de ensino, com demissões em massa em diversas instituições de todo o país.

A liberação de recursos de bancos públicos e de emendas parlamentares a deputados e governadores, em troca de apoio à Reforma da Previdência, é política de governo. O fim das políticas públicas também é política de governo. Nesse momento, não há outra saída aos servidores e servidoras públicos a não ser a intensa mobilização e a disputa da consciência da população contra a Reforma da Previdência e pela revogação da Reforma Trabalhista e da EC 95. É com esses desafios que o 37º Congresso do ANDES-SN, a realizar-se em Salvador, no período de 22 a 27 de janeiro, deve se constituir em uma ferramenta fundamental de luta da categoria docente para o enfrentamento desses ataques, em unidade com a classe trabalhadora combativa.

### TURMA DO TINO

Ricardo Borges / ANDES-SN



### EXPEDIENTE

O Informandes é uma publicação do ANDES-SN // site: [www.andes.org.br](http://www.andes.org.br) // e-mail: [imprensa@andes.org.br](mailto:imprensa@andes.org.br)

Diretores responsáveis: Cláudio Ribeiro e Luís Eduardo Acosta

Redação: Mathias Rodrigues MTb 10126, Renata Maffezoli Mtb 37322, Renata Fernandes Drt-DF 13743

Edição: Renata Maffezoli // Fotos: Imprensa ANDES-SN // Diagramação: Renata Fernandes



ANDES - SN 37 anos



37 ANOS DE LUTA!



# Docentes das estaduais continuam na luta



**A** educação pública brasileira vem sofrendo ataques em diversas frentes, que impactam na qualidade do ensino, nas condições de trabalho dos docentes e técnico-administrativos e no acesso e permanência dos estudantes. Os cortes orçamentários afetam o ensino, a pesquisa, a extensão, além da infraestrutura. A falta de pagamento e defasagem salariais atingem diretamente os trabalhadores da Educação. Neste cenário, docentes de diversas universidades estaduais permanecem mobilizados para a luta e até mesmo em greve, como nos casos dos estados do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Norte. No Rio de Janeiro, os servidores públicos do estado não receberam o 13º salário e o pagamento referente a dezembro, até o fechamento dessa edição. A situação abrange cerca de 70 mil trabalhadores, alguns dos quais ainda também não receberam seus salários do mês de novembro. No Rio Grande do Norte, os docentes decidiram manter a greve iniciada em 10 de novembro, também pelo não pagamento dos salários de novembro, dezembro e do 13º. Os docentes da Uern vêm

travando uma dura luta, em conjunto especialmente com os servidores da Saúde, também em greve desde novembro. Em dezembro, a força policial do estado também decidiu pela paralisação, o que deu projeção nacional à situação vivida pelos servidores no RN.

Para o secretário-geral do ANDES-SN, Alexandre Galvão Carvalho, a situação dos docentes das universidades estaduais é grave. “Os salários continuam atrasados ou parcelados, os acordos não cumpridos e os ataques aos direitos continuam em todos os estados. Então, a luta será acentuada nesse início de 2018 por conta dessa situação de total precarização no que diz respeito às condições de trabalhos dos docentes das universidades estaduais e municipais. Além, obviamente, do escasso financiamento das IES, as quais continuam sofrendo desmonte e sucateamento” explicou o docente.

## Rio Grande do Norte

Mal começou o ano e os docentes da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (Uern) já realizavam sua primeira assembleia, na qual decidiram manter

o movimento paredista, iniciado em 10 de novembro. Desde que iniciaram a greve, os professores já ocuparam a Reitoria da universidade e a Secretaria de Planejamento, e realizaram diversas ações unificadas com os servidores da Saúde. No entanto, ainda não obtiveram êxito no recebimento dos salários atrasados desde o mês de novembro, incluindo o 13º salário.

## Rio de Janeiro

No Rio de Janeiro, os docentes das três universidades estaduais – Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), Universidade Estadual da Zona Oeste (Uezo) e Universidade Norte Fluminense (Uenf) -, estão em greve contra o atraso dos salários, que atinge cerca de 70 mil servidores da ativa, além de aposentados e pensionistas.

No final de dezembro, os docentes conseguiram a aprovação, na Assembleia Legislativa do estado (Alerj), da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 47, por unanimidade. A PEC garante a autonomia financeira das universidades estaduais fluminenses, integralmente a partir de 2020, obrigando o governo a transferir



ADRIANA SÁVIO



mensalmente os duodécimos (um doze avos) do orçamento aprovado das instituições – o que não vem ocorrendo nos últimos anos.

### Minas Gerais

Em Minas Gerais, somente no dia 4 de janeiro, os docentes e os técnico-administrativos da Universidade Estadual de Minas Gerais (Uemg) e da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes) conquistaram a implantação do auxílio remuneratório, pauta reivindicada em movimento grevista realizado em 2016. Embora a greve tenha sido finalizada, uma mesa permanente de negociações foi mantida com o governo, que decidiu pagar o auxílio já que o estado não pode conceder reajuste por causa da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). A vitória é considerada parcial, já que o benefício é vulnerável, e os docentes que trabalham em regime de 20 horas não foram beneficiados. Por isso a categoria con-

tinua negociando para que o benefício seja incorporado ao salário e concedido à todos. Os docentes de Minas Gerais também lutam pelas outras pautas da greve de 2016, como a reformulação da carreira de docente de ensino superior em Minas Gerais, a aprovação do regime de Dedicção Exclusiva, e a ampliação do regime de trabalho de parte da categoria.

### Bahia

Na Bahia, as quatro universidades estaduais - Uneb, Uesb, Uesc e Uefs - protocolaram a sua pauta de reivindicações junto ao governo estadual. Os docentes reivindicam abertura de mesa de negociação imediatamente, reajuste de 5,5% ao ano, considerando os anos de 2015 a 2017, além de reposição integral da inflação referente ao mesmo período. Os docentes da Bahia não têm reajuste salarial para recomposição inflacionária há mais de três anos, o que representa uma perda de cerca de

20%, ou quase três meses de salário por ano. A pauta de reivindicações conta ainda com a solicitação de destinação de, no mínimo, 7% da Receita Líquida de Impostos (RLI) do estado para o orçamento anual das universidades, com revisão do percentual a cada dois anos; o cumprimento dos direitos trabalhistas dos docentes, a exemplo das promoções e progressões na carreira, o pagamento de adicional de insalubridade, a mudança de regime de trabalho e a reimplantação da licença sabática; o respeito ao Estatuto do Magistério Superior Público das Universidades do Estado da Bahia – Lei 8.352/2002; além da ampliação e desvinculação de vaga/classe do quadro de cargos de provimento permanente do Magistério Público. Todos os anos, os docentes participam do bloco de lutas, junto com outras entidades, durante a Lavagem do Bonfim, tradicional festividade realizada na capital baiana. Neste ano, os docentes da Bahia, que já aprovaram indicativo de greve, também foram às ruas em 11 de janeiro.

### Paraíba

No estado da Paraíba, os docentes realizaram greve de abril a junho de 2017. Eles reivindicavam o cumprimento da Lei de Autonomia Financeira da Uepb; a garantia dos valores do duodécimo da Uepb, de acordo com o orçamento construído e aprovado pelo Consuni, no valor de \$ 410 milhões; a reposição de 23,61%, o descongelamento do PCCR, concurso público para docentes e contratação imediata dos concursados, a consolidação/construção de infraestrutura adequada aos campi; controle social do orçamento da universidade; cumprimento do acordo da Greve 2015; e ampliação e melhorias na Política de Assistência Estudantil.

Em dezembro, docentes e técnico-administrativos da Universidade Estadual da Paraíba (Uepb) começaram a receber o pagamento do retroativo referente às progressões de carreira no período de 2015 a 2017.

### São Paulo

Os docentes e técnicos-administrativos das Universidade Estadual de São Paulo (Unesp) seguem sem receber o 13º salário. Enquanto os docentes das demais universidades do estado receberam, no caso da Unesp, o governo do estado se comprometeu a pagar apenas a metade na primeira quinzena janeiro, sem previsão para o pagamento do restante.

ADRIANA SÁVIO



# Orçamento para Educação e Ciência despenca em 2018

Se o ano de 2017 já terminou com as universidades e institutos federais em grandes dificuldades financeiras, o ano começa com o presságio de piora na situação. As pastas de Educação e de Ciência e Tecnologia têm sofrido drásticos cortes orçamentários nos últimos anos, e o cenário não mudará em 2018.

As universidades federais, por exemplo, iniciam o período com um orçamento previsto de apenas R\$ 5 bilhões, somando verbas de investimento e de custeio, de acordo com a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes). Em 2017, o valor foi de R\$ 8 bilhões, e em 2015 foi de R\$ 15 bilhões. Segundo a Andifes, desde 2014, o orçamento das universidades federais caiu 20% em verbas de custeio (as de pagamento de despesas cotidianas) e 90% em verbas de capital (de investimentos).

Os efeitos práticos da redução no orçamento como as demissões de trabalhadores terceirizados, o corte e atraso das bolsas, a impossibilidade de continuar ou iniciar obras de infraestrutura e até a dificuldade das instituições para pagar contas de água e luz – que já ocorreram, em 2017, de norte a sul do país – devem aumentar e piorar ao longo deste ano.

Na área de Ciência e Tecnologia, mais cortes. Para 2018, o governo anunciou uma redução em 25% do orçamento do Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações (MCTI), uma perda de aproximadamente R\$ 5 bilhões. Em 2017, a pasta já tinha perdido 44% do orçamento em relação a 2016. A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) perdeu, também, 20% do seu orçamento em relação a 2017.

Além dos cortes no orçamento, o governo Temer apresentou mais uma surpresa

para a educação brasileira: o presidente vetou recursos extras de cerca de R\$ 1,5 bilhão para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Ao mesmo tempo, segue concedendo isenções fiscais milionárias aos grandes empresários, em uma demonstração de prioridades políticas.

**“A situação vai ficar calamitosa a ponto da população aceitar a privatização para que os serviços melhorem. Só que a privatização não visa o interesse da sociedade, e sim do mercado, só servirá para aumentar a desigualdade social no Brasil, que é imensa.”**

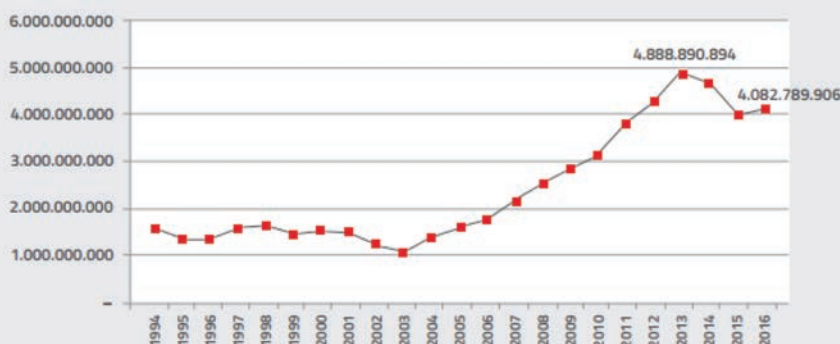
O orçamento de 2018 da é o primeiro aprovado sob a vigência da Emenda Constitucional (EC) 95, embora o de 2017 já tenha sido também votado com as limitações previstas na então PEC 241. A EC 95 limita o investimento público em todas as áreas (exceto o pagamento de juros e amortizações da dívida pública) por vinte anos em relação à inflação. O orçamento de 2018 prevê um déficit primário de R\$ 157 bilhões, e reajustou o salário mínimo em valor abaixo da inflação.

Entidades ligadas à produção científica ainda tentaram retirar do contingenciamento – que é a limitação orçamentária posterior à aprovação do próprio orçamento – R\$ 1,9 bilhão para destinar o valor ao Fundo Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), o que não foi aceito pelo governo de Michel Temer.

## Avaliação

Olgáises Maués, 3ª vice-presidente e uma das coordenadoras do Grupo de Trabalho de Política Educacional (GTPE) do ANDES-SN, acredita que os sucessivos cortes, somados à política fiscal imposta pela EC 95, levarão à precarização que o governo considera necessária para privatizar a Educação e a Ciência brasileiras. “A situação vai ficar calamitosa ao ponto da população aceitar a privatização para que os serviços melhorem. Só que a privatização não visa o interesse da sociedade, e sim do mercado, e só servirá

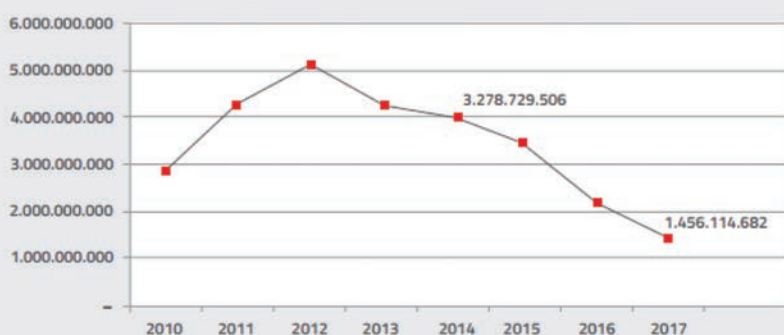
Evolução dos Orçamentos para Manutenção das Universidades Federais  
Custeio – Efetiva Manutenção



Fonte: Execução Orçamentária do Governo Federal 1994–2016 (www.camara.gov.br).

Gráfico: Andifes

Evolução dos Orçamentos de Capital das Universidades Federais  
Investimento, todas as fontes

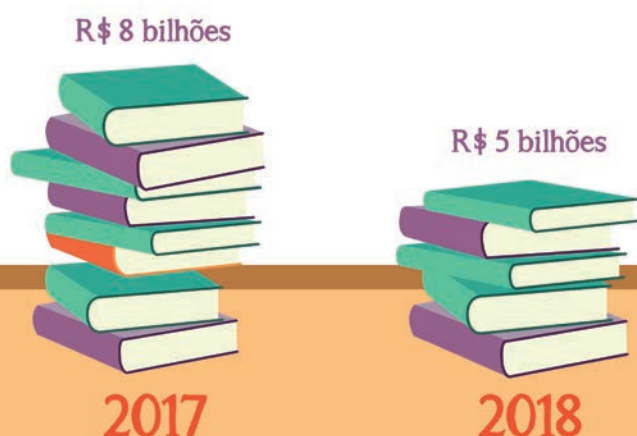


Fonte: Execução Orçamentária do Governo Federal 1994–2016 (www.camara.gov.br).

Gráfico: Andifes



## Orçamento das Universidades Federais após EC 95\*



\*A educação foi exceção às regras da EC 95 no orçamento de 2017, ficando com 18% da arrecadação de impostos. A partir do orçamento de 2018, o Teto de Gastos passa a valer também para a educação.

para aumentar a desigualdade social no Brasil, que é imensa”, afirma a docente.

Para Olgaíses, a situação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e das demais universidades estaduais fluminenses pode ser um presságio do que ocorrerá nas instituições federais com os cortes orçamentários. Além de problemas de infraestrutura, a Uerj não tem sequer dinheiro para pagar seus docentes, técnico-administrativos e terceirizados.

“Antes havia alguns avanços no financiamento da educação e da ciência. Não andávamos para trás, ainda que o financiamento fosse insuficiente para as necessidades da Educação e também estivesse sendo minado. Agora, o cenário é de retrocesso. A sociedade precisa estar alerta para defender a Educação e a Ciência com mobilização”, ressalta.

Olgaíses Maués também lembra que, com os cortes, a produção científica ficará prejudicada, assim como os projetos de extensão. “Os órgãos de fomento e os fundos de pesquisa terão que direcionar os recursos para alguns temas de pesquisa, e muitos temas que não são imediatos,

mas seguem sendo extremamente necessários, vão deixar de ser pesquisados por falta de recursos. A ciência brasileira trabalhará apenas para apagar incêndios, e não mais para preveni-los”, critica, citando a já recorrente falta de insumos e materiais básicos de laboratório nas universidades públicas brasileiras.

Os governos de Dilma e Temer já abriram caminho para uma maior privatização da produção científica do país. É o caso da aprovação do Marco Legal de Ciência e Tecnologia, em janeiro de 2016, que legaliza parcerias público-privadas na área e possibilitando transferência de recursos, estrutura, propriedade intelectual e pessoal de instituições públicas para usufruto da iniciativa privada. Outro exemplo é a ideia do governo federal, anunciada na imprensa, de criar um fundo privado de financiamento de pesquisa científica, com o qual o governo prevê arrecadar cerca de R\$ 2 bilhões anuais de empresas do setor elétrico, das telecomunicações, da mineração, da bioenergia e do petróleo e, com isso, financiar pesquisas em instituições públicas.

## HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS SOFREM COM PRECARIZAÇÃO

No início de janeiro, o Ministério da Educação (MEC) anunciou o repasse de R\$ 31 milhões para os Hospitais Universitários, através do Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais (Rehuf). Em boa parte das instituições, o cenário é de desmonte e precarização e os recursos liberados pelo MEC não são suficientes para reverter esse quadro.

O coordenador-geral da Federação de Sindicatos de Trabalhadores em Educação das Universidades Brasileiras (Fasubra), Gibran Jordão, concorda com as críticas. “No ano de 2017, a pequena verba que havia com o Rehuf foi cortada e somente em momentos de absoluta crise é que ‘pinga’ alguma coisa para não fechar de vez os hospitais, como está acontecendo agora. O valor do recurso que o MEC está liberando nesse momento para os hospitais é irrisório em relação ao tamanho da crise”, afirma.

## FONASEFE PREPARA REUNIÃO E CAMPANHA SALARIAL

O Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe) e o Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate) realizarão uma reunião conjunta ampliada entre os dias 3 e 4 de fevereiro, em Brasília (DF). Na ocasião, deverão discutir a pauta de reivindicações das categorias para 2018, bem como um calendário de lutas contra os ataques do Governo Federal, em especial contra a Reforma da Previdência.



# 2018: um novo ciclo de lutas para barrar e reverter velhos retrocessos

O ano de 2018 se inicia trazendo uma série de desafios à classe trabalhadora. Os professores e professoras das carreiras do magistério superior (MS) e do ensino básico, técnico e tecnológico (EBTT), reunidos no ANDES-SN, terão, já nesse mês de janeiro, a tarefa de debater e aprovar os direcionamentos para as lutas gerais e específicas do Sindicato Nacional para o período. De 22 a 26 de janeiro, a entidade realiza seu 37º Congresso, durante o qual a categoria deve apontar estratégias de mobilização, que irão direcionar as ações dos docentes.

Neste novo ciclo, algumas lutas históricas da categoria como a defesa da educação pública, gratuita e de qualidade socialmente referenciada, a autonomia universitária, o financiamento público exclusivo para instituições de ensino públicas, a liberdade de cátedra, e a luta por direitos trabalhistas serão enfrentadas diante de um novo cenário: a consolidação dos ataques e retrocessos impostos no último período. Os efeitos da Emenda Constitucional 95, a contrarreforma do Ensino

Médio e a aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a contrarreforma Trabalhista, os ataques à previdência social nos estados e no âmbito federal são alguns dos retrocessos mencionados pela presidente do ANDES-SN, Eblin Farage, que terão impacto no cotidiano dos docentes e devem impulsionar a luta.

“O 37º Congresso do ANDES-SN tem o objetivo de planejar o que a categoria vai enfrentar neste ano, e nos armar, em especial, para o primeiro semestre. Já que no meio do ano temos o Conad, que pode, então, atualizar o nosso plano de lutas. Parece-nos que, centralmente, no primeiro semestre, temos que ampliar esforços e nos empenhar na defesa do conjunto dos serviços públicos. Não deixar, inclusive, o debate da educação ficar isolado do

conjunto dos retrocessos que estamos vivenciando no país”, explica.

Farage avalia que, em 2018, a classe trabalhadora, incluído os docentes, começará a sentir de maneira mais intensa os resultados dos retrocessos que se intensificaram desde 2015, que começaram com os cortes de verbas para os serviços públicos, e que foram ampliados depois do impeachment de Dilma Rousseff, com uma série de medidas que buscaram “enxugar a máquina” do Estado em favor do Capital.

“Os efeitos da Emenda Constitucional 95, a própria Reforma do ensino médio, que tão logo a BNCC seja implementada vai impactar na Educação Básica, e reverter no Ensino Superior, incidindo em especial nos nossos colégios de aplicação. Essas medidas aliadas ao corte de verbas, a extinção de cargos do funcionalismo público e o PDV, são uma tentativa de criar mecanismos que possibilitem a diminuição dos servidores, atacando os serviços públicos. Ou seja, todas as medidas que formam na verdade um grande projeto para enxugar a máquina do Estado a favor do





Capital e dar todas as condições para que o empresariado brasileiro continue se desenvolvendo”, acrescenta, reforçando que, neste ano, a classe trabalhadora vai sentir, no seu cotidiano, o impacto da opção que o governo vem fazendo exclusivamente pelo empresariado, pela necessidade de reestruturação do capitalismo. “Nesse sentido, para nós docentes, é fundamental que a categoria se arme para esse cenário”, complementa.

Eblin elenca alguns das tarefas imediatas postas aos professores e professoras. “Precisamos ampliar a resistência, ampliar a mobilização na base. Não dá para esperar a universidade ser sucateada ainda mais, para que os docentes reajam. Então, a hora de reagir é agora. Temos que começar o ano com uma reação ao nível que é o ataque do governo”, afirma.

### Servidores Federais

Um grande desafio aos docentes neste ano será articular, junto com as demais categorias do funcionalismo federal, a luta tanto em defesa dos servidores federais (SPF) quanto dos serviços públicos, que são o principal alvo do governo federal. Já no começo de 2018, como desdobramento da Emenda Constitucional 95 (EC 95), Michel Temer publicou o decreto 9262/18, o qual extingue ao todo 60.923 cargos do serviço público.

As vagas dos cargos que não estiverem ocupadas serão extintas imediatamente. Já as que vierem a vagar, não serão repostas. Além disso, o Decreto 9262 veda, ainda, a abertura de concurso público e provimento de vagas adicionais para outros 58 cargos, todos para técnicos-administrativos (TAE) das Instituições Federais de Ensino (IFE).

Diretamente relacionados à Educação Federal, são mais de 4 mil cargos extintos, a maioria para TAE das IFE, em diferentes áreas de atuação. Em relação ao Magistério Superior, o decreto extingue 70 cargos de Professor de 1º e 2º Grau – do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, com código de referência 60011-, dos quais 8 já estão vagos e 62 estão ocupados.

Diante dos ataques coordenados, não só à educação, mas a todas as políticas públicas, Eblin ressalta que é necessário que a luta dos docentes não esteja isolada. “Para isso, temos que investir no conjunto da articulação dos servidores públicos federais, e, destes com os servidores públicos estaduais e municipais. Esse talvez seja o principal desafio para o primeiro semestre de 2018, para que essa articulação reverbere no bloqueio, no travamento, da reforma da Previdência,

pois essa é uma luta que ainda não está ganha pelo governo. A nossa expectativa é que tenhamos força para barrar mais esse ataque à Previdência”, afirma.

Além disso, já no início deste ano, os servidores federais também irão se reunir para construir a campanha unificada da categoria. A reunião ampliada do Fórum das Entidades Nacionais dos SPF, em conjunto com o Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), acontecerá nos dias 3 e 4 de fevereiro. Durante o 27º Congresso, os docentes também discutirão e apontarão os itens que avaliam importantes compor a pauta de reivindicações dos SPF para 2018.

Para Eblin, outro desafio imposto aos delegados e observadores do 37º Congresso do ANDES-SN é pensar uma campanha que dialogue com a sociedade e consiga colocar o funcionalismo público em outro patamar para o conjunto da sociedade, permitindo inclusive ampliar o apoio popular, para fazer pressão junto ao governo.

“Nosso principal objetivo é que sejamos capazes de construir uma campanha unificada dos servidores públicos federais, que recoloca o serviço público como algo necessário para o conjunto dos trabalhadores. Por isso, a nossa campanha unificada não pode ser restrita apenas a um índice salarial. Precisa ser uma campanha que pense na reestruturação das carreiras, porque, o que os governos têm feito, ao longo dos últimos tempos, é desestruturar o serviço público e um dos elementos é a desestruturação das carreiras, como fez com os professores. Precisamos pensar numa campanha que preveja um aumento salarial, mas que também preveja a valorização do serviço público federal, o que inclui condições de trabalho, estruturação dos equipamentos públicos, ampliação do atendimento à população que mais precisa”, explica a presidente do ANDES-SN.

### Luta nas Iees/Imes

Os docentes de diversas Instituições Estaduais de Ensino Superior iniciaram o ano em luta para receber os salários de 2017. Além disso, professoras e professores em todos os estados do país seguem em constante batalha por mais recursos para as Iees, que permitam a manutenção das universidades com boas condições de trabalho, ensino, pesquisa, extensão e permanência.

“A defesa das universidades estaduais faz parte do conjunto da defesa da Educação Pública Superior. Outro grande desafio para 2018 é lançar, em todos os estados do Brasil, a Frente em Defesa das Instituições

Públicas de Ensino Superior, que foi criada, nacionalmente, no Rio de Janeiro em outubro de 2017. Essa é uma forma de chamar a atenção para a situação das universidades públicas, tanto as estaduais e municipais quanto as federais. Precisamos criar, no conjunto da categoria, uma luta unificada em defesa das instituições públicas de ensino superior”, reflete. Para ela, o desafio é criar unidade na luta. “A unidade nos parece que é a defesa do Ensino Superior Público. Por isso, a necessidade de lançar a Frente nos estados, em articulação com Fasubra, Sinasefe, com movimentos sociais, com a CSP-Conlutas e com outros sindicatos e entidades, que defendam o ensino superior público”, explica.

A presidente do Sindicato Nacional avalia como muito acertada a decisão de construir a Frente para dar visibilidade à precariedade vivenciada nas Instituições de Ensino, em especial nas estaduais, que estão sofrendo ataques por parte dos diversos governos. Eblin destaca algumas medidas específicas para instrumentalizar a luta no setor das Estaduais, como o levantamento sobre a previdência complementar dos estados, que será apresentado no 37º Congresso do Sindicato Nacional. “Essas são iniciativas que nos armam melhor para intervir numa realidade que é muito diversa, pois as universidades estaduais têm realidades diferentes, apesar de todas serem impulsionadas pelo projeto privatista da educação”, comenta.

### III ENE

Outro desafio no campo da Educação na agenda de mobilizações para 2018 é a realização do III Encontro Nacional de Educação (ENE), que, segundo a presidente do Sindicato Nacional, está em um âmbito mais estratégico da luta. “Já está dado para nós que, o que este governo está impondo não é o que queremos para a educação.







Docentes, técnicos e estudantes participaram do lançamento da Frente Nacional em Defesa das Instituições de Ensino Superior Públicas, realizado na Uerj

Então, é necessário que nós, trabalhadores da educação, em uma ampla articulação com demais trabalhadores, possamos construir um projeto de educação que interesse à classe trabalhadora. Acho que esse é um segundo grande desafio que o ANDES-SN tem para pensar no 37º Congresso, já que o primeiro semestre de 2018 deve ser o semestre de preparação nos estados, com os encontros regionais, já que, no segundo semestre, deveremos realizar o III ENE”, destaca Eblin.

### Reversão do cenário

Diante da política do governo federal de intensificação do desmonte das políticas públicas em favor do Capital, com o objetivo de privatização dos serviços prestados à população, a única alternativa para reverter o cenário de retrocessos é elevar o patamar de organização dos trabalhadores.

Para Eblin, entre os desafios dos trabalhadores para 2018 está reverter a Emenda Constitucional 95, uma vez que muitos dos ataques são medidas para atender as exigências impostas pela emenda que congela os gastos primários -, assim como, reverter também a Reforma Trabalhista, a Terceirização ampla e irrestrita e a contrarreforma do Ensino Médio.

“Creio que as possibilidades de reverter todos esses retrocessos que sofremos, principalmente desde o final de 2016, só existirão com grau de organização mais elevado da classe trabalhadora. E essa, certamente, não é uma tarefa só do ANDES-SN, ou da categoria dos professores. Por isso, a nossa necessidade de articulação com outras categorias, com outros servidores públicos, com movimentos sociais e com ca-

tegorias em luta. Acho que para nós, alguns exemplos são importantes, como a luta dos metalúrgicos de várias empresas, os quais, mesmo após novembro, conseguiram, após mais de um mês de greve, fechar acordos coletivos com cláusulas que impedem a aplicação, na prática, de várias medidas previstas com a contrarreforma trabalhista. Isso anuncia para nós que, o que pode nos permitir barrar os retrocessos, é a luta e a organização coletiva”, explica.

Outro importante desafio para o próximo período, que deve impactar a classe trabalhadora de forma estratégica, é a necessidade de avançarmos no processo de reorganização, levando este debate para os espaços estaduais e locais, replicando a ação realizada pelo ANDES-SN em novembro de 2017, quando reuniu diferentes organizações e movimentos sociais para debater o processo de reorganização da classe trabalhadora, para podermos realizar uma nova reunião

nacional, ainda mais ampla, acumulando forças para enfrentar o projeto do capital contra os trabalhadores e a sociedade.

Segundo a presidente do ANDES-SN, o fato de este ser um ano eleitoral, pode contribuir para que os parlamentares e governos estejam mais suscetíveis à pressão popular. “Temos que saber usar esse momento da conjuntura do país para tentar mudar esse cenário e barrar outros retrocessos em curso”, aponta.

### Eleição 2018 e julgamento do Lula

Em relação ao processo eleitoral de 2018, a presidente do ANDES-SN ressalta que cabe aos delegados e observadores do 37º Congresso apontar como o Sindicato Nacional vai se colocar neste cenário. No entanto, já destaca que o acúmulo na história do ANDES-SN mostra que “não se pode, em ano eleitoral, abrir mão da luta sindical ou colocar a estrutura do sindicato a serviço de nenhuma candidatura. Porque isso, para nós, é garantir a autonomia, que é um dos princípios que fundamentam e que estruturam esse sindicato”.

“Avaliamos, obviamente, que a disputa eleitoral, não só é importante, como é legítima. Mas, ao mesmo tempo, entendemos que a disputa eleitoral, nas normas e com as regras que são feitas, em especial depois da última reforma política, priorizam ainda mais as elites brasileiras, os grandes partidos e aqueles parlamentares que já estão no poder. Na verdade, o que o cenário político nos mostra é que, para que tenhamos um processo eleitoral que, de fato, seja democrático, seria necessário alterar as regras. Isso, obviamente, as elites do país não aceitam”, explica.

Em relação ao julgamento do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, que deve ocorrer durante o 37º Congresso do ANDES-



No final de 2017, mais de 5 mil servidores federais participaram de Caravana a Brasília contra a Reforma da Previdência



SN, Eblin avalia que esse processo é mais uma expressão da Justiça seletiva no Brasil. “Por duas vezes, o Michel Temer foi absolvido pelo Congresso Nacional, e sequer as denúncias contra ele foram investigadas. Foi vergonhosa também a atitude do STF e do Congresso em relação às denúncias contra o senador Aécio Neves. Essa é a justiça seletiva, da mesma forma como o é em inúmeros outros casos, como quando criminaliza os professores que lutam, como quando criminaliza os movimentos sociais. Ou seja, é mais uma ação que comprova que a Justiça nesse país também é comprometida com os interesses da elite e da burguesia”, detalha. Ela avalia que estamos vivenciando um alinhamento entre o Executivo, a maior parte do Legislativo e o Judiciário, que tem se expressado em várias ações. E cita como exemplo a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que legislou e autorizou a cobrança de cursos de pós-graduação nas universidades, em 2017, após a Proposta de Emenda a Constituição 395 ter sido arquivada. “Quando o Congresso Nacional não consegue aprovar o STF legisla. Isso é um fato exemplar do que significa esse alinhamento em prol dos interesses da burguesia e do projeto do Capital no Brasil”, complementa.

Afirma ainda que é tarefa do sindicato se manifestar contra a justiça seletiva e

que a entidade sempre o fez e continuará fazendo, seja quando a justiça é seletiva para criminalizar trabalhadores ou figuras públicas. “Podemos nos posicionar sobre os temas da realidade, e devemos fazê-lo, como sindicato classista, sem, com isso, colocar a estrutura do sindicato a serviço da política eleitoral, porque entendemos que exclusivamente as urnas, nesse modelo social, não vão resolver os problemas dos trabalhadores”, ressalta.

### Muitas lutas e a construção da Greve Geral

Como forma aglutinar a classe trabalhadora para lutar em defesa de seus direitos e pressionar os governos contra novos ataques, Eblin ressalta que se faz urgente a construção de uma nova greve geral. “Essa é a tarefa imediata que as centrais sindicais têm que cumprir. A nós, cabe pressionar a partir da base. Acho que o nosso Congresso precisa reafirmar a necessidade de construção de uma nova greve geral, já no primeiro trimestre de 2018, para que possamos retomar o patamar de mobilização e intensificar a nossa luta”, avalia.

### Eleição do ANDES-SN

Além de todos os desafios e lutas já apon-tados e outros que virão, em 2018, quando

completa 37 anos desde sua fundação, o ANDES-SN também passará pelo processo de escolha da diretoria que estará à frente da entidade no biênio 2018-2020. A presidente da entidade ressalta que, diante da tentativa do governo federal de desmonte das entidades classistas, com a reforma Trabalhista, é fundamental a participação ativa da categoria no processo eleitoral.

“Um dos objetivos da contrarreforma Trabalhista foi justamente atacar os sindicatos, não pelo fim do imposto sindical, mas pela possibilidade de negociação por fora das entidades, diretamente com os trabalhadores. Esse é o momento de reafirmarmos quem queremos que fale em nome da nossa categoria, quem queremos que negocie com os governos em nome da categoria. Por isso, a participação dos docentes na eleição do ANDES-SN é fundamental. Pois, uma das maneiras de legitimar o nosso Sindicato como o representante dos professores e das professoras do Ensino Superior no Brasil, são as eleições. É legitimar as eleições do sindicato, que é uma das poucas no Brasil que se dá pela base, da qual todos os professores e professoras sindicalizados podem participar. Esse é o momento de reconhecer o ANDES-SN e a sua forma de organização e de valorizar esse sindicato, como a entidade que representa a nossa categoria”, conclama.





# Assentamento do MTST no DF é pioneiro na bioconstrução



Quarta-feira, três da tarde. O sol de trinta graus bate forte em uma das maiores favelas do país, o Sol Nascente, localizada a menos de 50 quilômetros da Praça dos Três Poderes, em Brasília (DF). É lá que o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) inicia um projeto pioneiro que pode facilitar o acesso à moradia a milhões de brasileiros. No recém-instalado Assentamento Sem Medo, conquistado após anos de lutas, mobilizações e ocupações, algumas das 109 famílias irão construir suas casas através de métodos de bioconstrução, mais baratos e menos prejudiciais ao meio ambiente.

O sorriso no rosto das pessoas é evidente. Muitos ali passaram anos, e até décadas, esperando em filas para conseguir um terreno e já se decepcionaram com as sucessivas promessas de governantes, nunca cumpridas. Foi a impossibilidade de pagar aluguel e a consciência de que, sem mobilização, não conquistariam suas casas próprias que os levou a atuar

no MTST. Em anos de luta, enfrentaram preconceitos, repressão policial, pressão dos governos, desconfiança das famílias e, finalmente, conquistaram um terreno para construir suas moradias.

“Faz seis anos que estou lutando, e estou muito feliz. Consegui meu lote, todo mundo aqui é gente boa. Lutamos, vencemos e vamos continuar na luta. Semana que vem vou começar a construção da minha casa aos poucos”, afirma Adalberto, um dos beneficiados do assentamento. “Quero entrar logo na casa para não pagar mais aluguel, porque tá caro”, responde Marcos Paulo, outro assentado. “Pagar aluguel é muito difícil, está um absurdo o valor, e temos que estar na luta para poder vencer. Até hoje estamos lutando. E não vamos largar a luta, não”, completa Adalberto, enquanto, assim como Marcos Paulo, ajuda na construção de outra casa.

“Não dá mais pra pagar aluguel, e o que é dos outros não é da gente, né. Para mim, a luta por moradia é tudo, se não fosse o MTST, o governo não ia dar

terra para a gente, não. Faz 27 anos que moro aqui, entrei em fila, e não ganhei nada, só promessa. Fiz minha inscrição na Codhab [Companhia de Desenvolvimento Habitacional] em 1989, e não ganhei nada, sempre pagando aluguel. Vou sentir um prazer, uma alegria, quando entrar na minha própria casa. Em vinte, trinta dias a casa vai estar pronta, pelo menos rebocada por dentro”, diz Manoel, que começa a cavar e preparar a fundação de seu terreno, e também ajuda nas demais construções.

Enquanto famílias ainda começam a construção de suas casas, uma já está de pé, quase pronta, e chama a atenção. É o novo lar de dona Alzerita. Uma das fundadoras do MTST no Distrito Federal, ela não tem condições físicas nem financeiras para construir sua casa. Em assembleia realizada com as 109 famílias beneficiadas, por decisão unânime, o movimento decidiu usar o dinheiro de uma vaquinha realizada na internet, e a força de trabalho dos voluntários e de outras famílias de as-



sentados para levantar uma casa para ela.

“Ela foi uma das primeiras pessoas que entrou no MTST no Distrito Federal, há oito anos e é muito determinada. Já tomou muita bomba, já travou muita rodovia. Ela já ganhou a moradia dela e não quer parar a luta, quer ajudar o companheiro que ainda não tem moradia”, conta Eduardo Borges, um dos coordenadores do MTST, enquanto admira a primeira construção do terreno. Outra parte do dinheiro arrecadado na vaquinha servirá para a construção de um centro de convivência no assentamento.

“Eu tenho que dizer ‘muito obrigada’, que Deus abençoe, que dê em dobro pra essas pessoas e que ainda existem pessoas boas no mundo. Tem gente que fala que só tem gente ruim no mundo, mas não. Existem muitas pessoas boas. Estou acreditando – e vou continuar acreditando – que eles vão me ajudar mesmo, que não vão me deixar na mão”, afirma Alzerita em entrevista à Mídia Ninja.

### Assentamento é fruto de anos de luta

As 109 famílias que começam a ser assentadas no Sol Nascente participaram, em fevereiro de 2017, da Ocupação Pôr do Sol, em Ceilândia. Foi essa luta que conquistou o terreno onde agora se localiza o Assentamento Sem Medo. Na época, o MTST reivindicava a inclusão das famílias no programa “Habita Brasília” em um ter-

reno na região de Santa Maria, que havia sido prometido pelo governo do Distrito Federal, em 2015.

“Em 2015, ocupamos uma área na Samambaia, com mais de 1800 famílias. Teve muita repressão, muita gente dispersou. No ano seguinte, fizemos novas ocupações e, em 2017 fizemos a Ocupação Pôr do Sol, que deu origem a esse terreno. Em Planaltina, tivemos recentemente uma conquista de 79 famílias, na Ocupação Maria da Penha Resiste. Nos próximos dias eles devem iniciar a construção das moradias”, afirma Eduardo Borges.

Para ele, a convivência entre as 109 famílias assentadas no Sol Nascente é muito positiva, pois vem de anos de mobilizações juntas. “Como todo mundo lutou junto por muito tempo, as pessoas se conhecem. Por exemplo, o seu Manoel está fazendo a fundação da casa dele, e os vizinhos estão capinando e vão ajudar. Já há uma comunidade formada, a mão de obra aqui não tem quase custo. São 109 famílias que sabem que é importante ajudar o outro. Todo mundo sabe que o companheiro do terreno do lado é lutador, e isso é muito bonito”, avalia.

O coordenador do MTST também ressalta que o movimento está estreitando laços com os demais moradores do Sol Nascente. O movimento realizou uma assembleia com os vizinhos do assentamento para se apresentar, e conseguiu reunir 190 famílias interessadas em se somar

à luta por moradia. O Sol Nascente tem cerca de 100 mil moradores, é uma das regiões mais pobres do Distrito Federal e, frequentemente, é ignorado pelo poder público distrital. Poucos trechos de rua são asfaltados, e há grande dificuldade de acesso a saneamento básico e a outros serviços públicos essenciais.

### Bioconstrução

Eduardo explica as razões que levaram o movimento a utilizar esse método pioneiro na construção de parte das moradias no assentamento, ressaltando a crise hídrica que o Distrito Federal vive. “Usamos a bioconstrução com duas perspectivas. Uma é dar autonomia para as pessoas, para elas saberem que são capazes de fazer a própria moradia sem depender de empresas e construtoras. A outra é a crise hídrica. A conta da crise, o governo e a mídia, sempre colocam nas nossas costas, do povo pobre. E temos como ocupar terrenos sem prejudicar o meio ambiente, sem agredir nascentes, com pouco cimento, tirando material do próprio solo”, diz.

O método de bioconstrução utiliza barro, bambu, grama, entre outros elementos, além de uma mistura com baixo teor de cimento. As famílias e os voluntários tiveram a oportunidade de participar de um curso de bioconstrução, oferecido pela UniPermacultura, uma escola gaúcha que está atuando em parceria com o





MTST. Os envolvidos também ganharão um certificado do curso e da prática da bioconstrução, estão aprendendo desde como construir a fundação da casa até técnicas de acabamento e de instalação de esgoto. A Fazenda Bella, que organiza cursos de permacultura no Distrito Federal, é outra parceira na iniciativa do MTST no Sol Nascente.

Os lotes do assentamento possuem 22 metros de comprimento por 6 metros de largura e todas as casas serão construídas coletivamente, padronizadas em uma planta de 65 metros quadrados. O bairro Sem Medo contará com biblioteca comunitária, playground e paisagismo, de forma a acolher os novos habitantes de maneira confortável, gerando o menor impacto possível à natureza.

Os mutirões organizados pelo MTST e pela UniPermacultura atraíram dezenas de voluntários, inclusive de países distantes como Itália, França e Vietnã. Raissa é uma das voluntárias e se diz feliz por ter aprendido a construir uma casa usando o método da bioconstrução. “Eu me aproximei do processo de construção de uma forma aleatória. Uma amiga minha disse que iria acontecer o mutirão de bioconstrução do MTST

e eu me interessei. Tenho muito interesse por bioconstrução e por movimentos sociais, mas não atuava em nenhum deles. Eu achava a bioconstrução muito elitista, mas vi a oportunidade de me aproximar”, afirma.

“Aprendi a fazer uma casa, desde o começo, organização, logística, compra de material, levantar parede, fazer fundação. Óbvio que ainda não sei fazer isso sozinha, já que é um processo longo, mas é emocionante você ver a casa nascer do zero, com toda a participação coletiva e as famílias do movimento percebendo que o método funciona e que a bioconstrução é uma alternativa digna”, comenta a voluntária.

Para Eduardo Borges, do MTST, a experiência de construção de moradias por meio da bioconstrução pode ser replicada em outros assentamentos do país, tanto pelo maior cuidado com o meio ambiente, como por conta do esgotamento do Minha Casa Minha Vida e de outras políticas de moradia no governo de Michel Temer. O coordenador do MTST também ressalta que há uma grande diferença de custo entre as casas de alvenaria e as feitas com bioconstrução: enquanto as primeiras custam cerca de R\$ 25 mil, as bioconstruídas custam, em média, R\$ 12 mil.

Para Marcos Ninguém, da UniPermacultura, o mutirão tem tudo para se tornar uma referência na implantação de tecnologias sustentáveis. Ele foi chamado para prestar consultoria no trabalho junto às famílias e alertou para a necessidade de planejamento adequado antes da execução da obra. “Esse é um momento histórico. Se não pensarmos no design desse acampamento, corremos o risco de haver um processo de ‘favelização’ e não conseguirmos a qualidade de vida que as pessoas sonham”, destaca em entrevista à Mídia Ninja.

“O Minha Casa Minha Vida está sendo enterrado pelo governo de Michel Temer, e tivemos que procurar uma alternativa que fosse viável para construir as casas. O governo tem recurso apenas para “melhorias habitacionais”. Fizemos uma vaquinha virtual e arrecadamos R\$ 25 mil para a logística e o início da construção. O nosso projeto é de autogestão, ensina as famílias a fazer a casa com qualidade, sem depender de governo, e muito mais barato. Com o esgotamento do Minha Casa Minha Vida, a alternativa em todo o Brasil pode ser aderir a essa técnica de bioconstrução e de autogestão”, completa Eduardo Borges.



*Cômodo da casa da moradora Alzerita, a primeira moradia do MTST construída com o método de bioconstrução. A obra custou cerca de R\$ 12 mil e foi levantada com doações e ajuda de voluntários vindos de diversas partes do Brasil e também de outros países*





### MTST completa 20 anos

No final de 2017, o MTST completou 20 anos de existência, celebrando a data com uma grande festa em São Paulo (SP), que contou com shows de artistas como Caetano Veloso e Criolo. Criado em 1997 para atuar nas maiores cidades brasileiras, o MTST reivindica uma reforma urbana no país, um modelo mais justo de cidade e o direito à moradia para todos. Desde então, a partir das lutas que construiu, o MTST se tornou um dos mais importantes movimentos sociais do país, odiado pelos ricos e poderosos e admirado pelos trabalhadores por sua capacidade de mobilização.

Eblin Farage, presidente do ANDES-SN, saúda os 20 anos do MTST e afirma que o momento atual é de construir um novo Brasil, reorganizando a classe trabalhadora, com a mais ampla articulação do campo das forças populares para, em 2018, ocupar em peso as ruas de todo o país. “O MTST se tornou um de nossos principais parceiros. Sua luta por moradia compreende, também, a luta por educação e saúde públicas, por democracia e contra todos os retrocessos neste país. São inúmeros os atos e manifestações que realizamos em parceria, e é fundamental estreitar os laços com esse movimento, que é um dos principais do país, e com amplo poder de mobilização. O período em que estamos exige, cada vez mais, unidade de ação nas ruas com diferentes segmentos da classe trabalhadora para combater a retirada de direitos”, disse.

Felipe Brito, docente da Universidade Federal Fluminense (UFF) de Rio das Ostras e membro da Coordenação Nacional do MTST, ressalta a importância do estreitamento das relações do movimento com o ANDES-SN. “Nosso movimento compreende que a nossa luta é mais ampla do que a luta por moradia. Por isso, sempre nos empenhamos em estar juntos ao ANDES-SN, já que o Sindicato Nacional realiza lutas por ampliação de direitos e em defesa dos serviços públicos”, afirma. “O aniversário de 20 anos do MTST é a demonstração prática de que a luta organizada e persistente muda a vida das pessoas. Ao longo das duas décadas, tivemos um conjunto de transformações significativas na realidade das pessoas”, conclui Felipe.





# Docentes das universidades privadas enfrentam consequências da Reforma Trabalhista

No final do ano de 2017, professores e professoras das Instituições Particulares de Ensino Superior começaram a enfrentar, de forma mais intensa, os reflexos da Reforma Trabalhista. Os empresários da educação se aproveitaram das novas regras para precarizar ainda mais as condições de trabalho e a qualidade de ensino, com dispensas em massa, em diversas instituições de todo o país. Em muitos casos, o objetivo das demissões é evidente: fragilizar as relações de trabalho, com contratos intermitentes e horistas e, ainda, diminuir a remuneração paga aos trabalhadores.

Até o encerramento desta edição, uma decisão em primeira instância, que suspendeu demissões de professores na Universidade Metodista de São Paulo, em São Bernardo do Campo, no ABC paulista, era novo capítulo do ataque aos docentes. Na terça-feira (9), a juíza titular da 8ª Vara de São Bernardo, Valeria Pedroso de Moraes, concedeu liminar ao Sindicato dos Professores (Sinpro) do

ABC para suspender a demissão de 66 docentes, sendo 50 do ensino superior e 16 da educação básica. A entidade havia entrado com ação civil pública contra a dispensa em massa sem negociação prévia. Pela decisão, a Metodista deve se abster de realizar novos cortes sem prévia negociação com o sindicato, sob pena de multa (R\$10 mil por empregado).

Embora, em âmbito local, a Justiça venha atuando contra as demissões em massa, nas instâncias superiores, os magistrados têm decidido em favor dos patrões. No Rio de Janeiro, por exemplo, uma Vara do Trabalho havia proibido a Universidade Estácio de Sá de dispensar docentes – 1.200 em todo o país –, mas a decisão foi derrubada em segunda instância, pelo Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 1ª Região.

O presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ministro Ives Gandra Filho, também já se manifestou em defesa dos empresários da Educação. No início do ano, Gandra Filho suspendeu a liminar do Tribunal Regional do Trabalho (TRT)

da 4ª Região, em Porto Alegre (RS), que impedia a demissão em massa no Centro Universitário Ritter dos Reis (Uniritter), no RS, realizada em dezembro passado. Foram desligados 129 professores, além de coordenadores e da própria reitora que ocupava o cargo.

O despacho de Gandra Filho, publicado na segunda-feira (8), foi a primeira manifestação do TST acerca de demissões em massa nas universidades após a Reforma Trabalhista. Em sua decisão, o ministro cita "dano irreparável" que a Uniritter sofrerá com a liminar, que cercearia o centro universitário no gerenciamento de seus recursos humanos, financeiros e orçamentários. A Uniritter pertence ao grupo Laureate e nessa semana anunciou novas instalações para 4 mil estudantes no Iguatemi Business, que integra um complexo comercial localizado em um bairro nobre da capital gaúcha.

## Demissão da FAM atinge metade do corpo docente

Na Faculdade das Américas (FAM), a situação também é crítica: dos 192 professores que lecionavam na faculdade, foram demitidos pelo menos 85. Há estimativas que as demissões possam chegar a 100. Um levantamento dos professores aponta que, na lista dos 85 desligados, mais de 50 eram doutores. O fato de a faculdade, assim como outras instituições, ter demitido professores titulados, com maior carga horária e salários mais altos, indica a intenção de reduzir o custo da folha de pagamento contratando docentes por salários mais baixos e menos qualificados.

## Metodista de Piracicaba também demite

Os professores e funcionários Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep) e do Colégio Piracicabano, ambos mantidos pela Rede Metodista, notificaram o Ministério Público do Trabalho (MPT) de Campinas para que seja investigada a demissão dos profissionais. O protocolo foi aceito no final de dezembro. As demissões na Unimep começaram no dia 19 de dezembro e já passavam de 40. Segundo os docentes da instituição, a previsão é que ainda possa haver novos desligamentos. Outros 30 funcionários foram demitidos do colégio.

